



**Ata da 7ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 15 de março de 2022.**

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e vinte e cinco minutos, a Sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Nona Legislatura. / Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 19/2022 – Poder Executivo; 20/2022 – Sebastião Ary Corrêa. **Indicações:** 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107 e 1108/2022 – Adriano Pereira Verediano; 1085, 1088, 1093, 1094, 1095 e 1096/2022 – Alexandre Andreza Macedo; 979, 980, 981, 982, 1039, 1040 e 1041/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 1030, 1031, 1033, 1034 e 1035/2022 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 1086, 1087, 1089, 1090, 1091 e 1092/2022 – Arildo Tomaz Bucker; 1110, 1111, 1112, 1113 e 1114/2022 – Brás Zagotto; 993, 994 e 995/2022 – Delandi Pereira Macedo; 1060, 1061, 1072 e 1073/2022 – Ely Escarpini; 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051 e 1052/2022 – Evandro Miranda; 1036 e 1037/2022 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1054, 1055, 1066, 1067, 1068 e 1069/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 984/2022 – Leonardo Pinheiro Dutra e Paulo Grola; 1071/2022 – Marcelo Fávero de Oliveira; 983, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1032, 1056, 1057, 1058, 1059, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084 e 1109/2022 – Osmar Francisco; 1053 e 1131/2022 – Paulo Grola; 1062, 1063, 1064 e 1065/2022 – Sandro Dellabella Ferreira; 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1070 e 1074/2022 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 24/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 25 e 26/2022 – Diogo Pereira Lube; 23/2022 – Osmar Francisco; 27/2022 – Paulo Grola; *Votos de Congratulação:* 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 e 176/2022 – Osmar Francisco; *Votos de Pesar:* 21/2022 – Evandro Miranda; 18/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 20/2022 – Marcelo Fávero de Oliveira; 19/2022 – Sebastião Ary Corrêa. **Projetos de Decreto Legislativo:** 03/2022 – Adriano Pereira Verediano; 07/2022 – Delandi Pereira Macedo; 06/2022 – Paulo Grola; 04/2022 – Paulo Sérgio de Almeida. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que seja incluída na leitura a Indicação 1178/2022, a qual será anexada a um projeto a ser entregue ao prefeito, solicitando a conclusão de uma escadaria na localidade de Córrego Vermelho. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra ao vereador que ficou decidido que não seria acatado pedido de inclusão de indicações na leitura do expediente. Diz que o colega poderia ter lhe pedido isso fora do microfone, mas vai acatar tal pedido. / *Logo após, foi incluída no Expediente da Mesa a Indicação 1178/2022 – Alexandre Andreza Macedo.* / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente.** / **Brás Zagotto (Presidente):** — Passa a palavra ao Cláudio Vilarinho, representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, que falará no tempo cedido por ele, Brás, e pelos Vereadores Allan, Sandro, Júnior Corrêa, Alexandre de Itaoca e Léo Camargo. Convida o Vice-Prefeito Ruy Guedes, a Secretária Cristina Lens e a equipe da Secretaria de Educação para



tomarem assento nas cadeiras ao lado da tribuna. / **Cláudio Vilarinho:** — Cumprimenta a todos e convida os vereadores para participarem das reuniões do Conselho da Merenda, inclusive solicita ao colega Allan que entregue aos demais edis uma cópia do calendário desses encontros e também da Resolução 06, de 08/05/2020, que determina os alimentos para cada faixa etária de alunos. Comenta que, muitas vezes, as pessoas fazem uso das redes sociais com má-fé para denegrir a imagem da Prefeitura, da secretária e do conselho. Deixa claro que o conselho e a Prefeitura seguem normas federais do FNDE. Coloca-se à disposição dos vereadores para responder qualquer pergunta que estiver ao seu alcance para que não haja nenhuma dúvida. Pede aos vereadores que passem essas informações aos seus eleitores e às mães de alunos, pois ainda há pessoas que confundem alimentação escolar municipal com a estadual, que são gestões diferentes. Conta que as pessoas falaram da falta de carne nas escolas, inclusive não tira a razão delas, mas alerta que muitos não têm conhecimento do assunto. Explica que a Prefeitura não teve culpa nenhuma por essa falta de carne nas escolas, pois, como conselheiro, tem acompanhado todo o processo. Relata que a empresa que ganhou o contrato para o fornecimento de carne não conseguiu fazer a entrega final do produto em outubro, quando solicitado pela Prefeitura. Diz que o conselho e várias pessoas da Prefeitura cobraram a entrega da carne, mas a empresa não a realizou. Lembra que estava faltando uma documentação dessa empresa; por isso, ela não podia emitir nota fiscal. Menciona que, no início de novembro, a Secretaria de Educação deu o pontapé para a abertura de um novo pregão, mas esse trâmite é demorado. Registra que isso tudo pode ser verificado no site da Prefeitura. Recorda que, na última vez em que esteve na Câmara, disse que o conselho estava pressionando a empresa para fazer a entrega da carne, o que está registrado em ata. Analisa que, se a carne tivesse sido entregue no final de ano passado, ela ficaria nas escolas, poderia ocorrer pico de energia e, assim, estragaria. Frisa que deixar isso acontecer seria uma irresponsabilidade do conselho e da secretaria; então, ficou acertado que a carne seria entregue em janeiro, mas, no início deste ano, a empresa pediu falência. Pergunta quem é o culpado por isso: o conselho ou a SEME. Enfatiza que a mídia é maravilhosa, desde que seja utilizada com verdade, mas, infelizmente, há pessoas que não agem assim. Classifica como covardia e irresponsabilidade quando as pessoas mentem nas redes sociais e isso é passado para frente. Segue dizendo que o pregão para a contratação de uma nova empresa foi feito, três empresas saíram vencedoras e faltam apenas alguns ajustes. Deixa claro que não houve má-fé da parte de ninguém e que as carnes devem chegar a Cachoeiro na quinta ou na sexta-feira. Informa que muitas pessoas lhe perguntaram por que postou apenas uma parte do Diário Oficial, na qual não saíram os valores e os nomes das empresas que ganharam o pregão; porém, destaca que todo o processo já foi publicado no Diário Oficial com os nomes das empresas, os valores e os itens que cada uma das três vai entregar. Esclarece que, para ganhar tempo, a Prefeitura faz um pregão único da SEMDES e da SEME, sendo realizadas duas compras distintas dentro do mesmo processo. Volta a convidar os vereadores para participarem das reuniões do conselho e visitar as escolas. Fala da importância do trabalho prestado pela sociedade civil nos conselhos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Passa a palavra à Cristina, Secretária de Educação. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Cumprimenta a todos e agradece aos vereadores pela oportunidade de trazer à Câmara alguns esclarecimentos. Informa que está acompanhada da subsecretária, da gerente e da nutricionista técnica, as quais trabalham diretamente com a alimentação escolar. Explica que, além da Nutricionista Leonete, há mais dez dessas profissionais que fazem o acompanhamento da alimentação, sendo que os cardápios são rigorosamente construídos por elas. Frisa que faltou carne nas escolas, mas os alunos não deixaram de receber os nutrientes necessários na merenda. Registra que a carne é gostosa e faz parte do prato das pessoas, mas ela não é o componente prioritário para uma alimentação saudável. Então, deixa claro que em nenhum momento a secretaria foi negligente quanto à alimentação das crianças.



Ressalta que não faltaram recursos públicos para a aquisição desse alimento, visto que os problemas foram burocráticos, principalmente a interrupção da entrega da carne por parte da empresa que ganhou o pregão de 2021. Conta que a empresa que ficou em primeiro lugar no referido pregão desistiu no dia seguinte devido ao preço do produto, sendo chamada outra para substituí-la. Menciona que a secretaria já poderia ter feito o empenho hoje, mas a Luciene ainda estava fazendo o laudo da amostra de carne entregue pela nova empresa. Torce para que na quinta ou na sexta-feira a carne possa chegar às escolas. Enfatiza que existem coisas que não estão nas mãos da Prefeitura e da Secretaria de Educação, já que pode haver algum tipo de interrupção nesse percurso. Coloca-se à disposição dos vereadores, caso tenham perguntas a fazer. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao secretário que proceda a chamada dos vereadores para que, caso queiram, façam perguntas aos convidados. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Destaca a honestidade da Secretária Cristina e parabeniza o Cláudio pela transparência na explicação. Comenta que o trâmite de uma licitação não depende apenas do governo. Avalia que não houve problema quanto à saúde das crianças que ficaram sem carne na merenda escolar durante um período. Conta que, esta semana, a nutricionista visitou a escola de Itaoca e pôde observar o rigor com que a merenda é tratada lá. Parabeniza a Secretária Cristina e a toda equipe da Secretaria de Educação pelo trabalho que realizam. Agradece aos membros do conselho por acompanharem todo o processo da merenda escolar. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Pergunta ao Cláudio qual é o salário que ele recebe para fazer parte do Conselho da Merenda. / **Cláudio Vilarinho:** — Responde que o seu salário é o sorriso de uma criança bem alimentada. Inclusive diz que paga gasolina com dinheiro do próprio bolso para participar das reuniões do conselho. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Menciona que sabia que o serviço dos conselheiros é voluntário; por isso, convidou o Cláudio para comparecer à Câmara, já que ele não teria motivo para defender lado A ou B. / **Cláudio Vilarinho:** — Agradece ao Vereador Allan pela oportunidade de falar sobre salário. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Comenta que a secretaria poderia ter feito uma compra emergencial de carne e indaga por que isso não aconteceu. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Explica que, se for necessário, a secretaria pode lançar mão do contrato emergencial. Inclusive diz que isso foi feito, mas, no ato das cotações, o preço da carne estava mais alto do que na licitação, cujo processo já estava rodando. Portanto, frisa que seria ilegal e imoral continuar com o contrato emergencial; então, a secretaria optou por aguardar a conclusão do processo licitatório. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Saliencia que a administração pública é regida por leis; assim, a Prefeitura não pode simplesmente ir até um açougue e comprar, por exemplo, mil quilos de carne. Frisa que fica triste, porque muitas pessoas que fazem postagens nas redes sociais sabem que é assim que funcionam os processos, mas, por politicagem, gostam de criticar. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Analisa que faltou um pouco de informação quanto ao problema da carne nas escolas. Comenta que, da mesma forma que há um cardápio nas escolas, poderia ser disponibilizado um informativo para esclarecer sobre o problema da falta de carne. Com todo o respeito ao secretariado, diz que a Cristina e a Lílian são as suas secretárias favoritas. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Deixa claro que essa informação foi repassada. Lembra que, em novembro, quando ocorreu o primeiro problema, foi feita uma reunião on-line com os gestores das escolas, os quais ficaram cientes de como estava tramitando o processo da carne. Acrescenta que, no início de fevereiro, foi realizada uma nova reunião com os gestores para atualizar as informações. Menciona que cada gestor foi responsável por repassar essas informações aos alunos e às famílias. / **Delandi Pereira Macedo:** — Fala sobre a confiança que tem no trabalho da Secretária Cristina e do Conselheiro Cláudio. Diz que o trâmite do processo de compra no poder público não é simples e, muitas vezes, as coisas fogem ao controle, não sendo fácil voltar para o trilho. Analisa que realmente faltou comunicação, pois também poderia ter sido publicada uma nota na imprensa. Informa que o problema já está sendo resolvido



com o processo de compra de carne encaminhado para que as crianças sejam bem atendidas como sempre foram. Parabeniza a secretária e o Cláudio pelo trabalho que desempenham. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que, infelizmente, a administração pública e o trabalho do Legislativo são confrontados pelas más informações passadas por veículos não oficiais, as quais são deturpadas, o que acaba gerando uma bola de neve. Então, diz que os esclarecimentos da secretária e do conselheiro têm um peso muito grande para a população. Agradece ao Cláudio pelo trabalho que faz no conselho, fiscalizando a merenda escolar. Deixa claro que, apesar da falta de carne, os alunos receberam uma alimentação com os devidos valores nutricionais. / **Ely Escarpini:** — Parabeniza a Secretária Cristina e o Cláudio pelo excelente trabalho que fazem. Comenta que os esclarecimentos feitos na Câmara vão chegar ao conhecimento público. Analisa que a maioria das pessoas tinha conhecimento dessa situação, mas aquelas que são contra querem fazer barulho. Ressalta que a alimentação oferecida nas escolas é perfeita e que a falta de carne foi um problema pontual. Salienta que as empresas que participam das licitações colocam o menor preço para ganhar, mas, depois, não conseguem atender o Município e, assim, atrapalham o andamento das coisas. / **Evandro Miranda:** — Parabeniza a secretária por sempre atender aos vereadores. Também parabeniza o amigo Cláudio pela brilhante explicação dada na Câmara. Como já foi dito, ressalta que a maioria das pessoas tem conhecimento dessas informações, mas não as repassam de forma correta à população. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Elogia a Cristina, a quem considera uma pessoa excepcional e uma ótima secretária de Educação. Agradece ao Cláudio pelo serviço voluntário que presta a Cachoeiro atuando no Conselho da Merenda, inclusive o parabeniza pela explicação dada sobre o problema da carne. Considera a politicagem nojenta. Diz que muita gente reclama que a Rede Globo faz fake news contra o presidente da República, mas percebe que esse tipo de coisa também acontece em Cachoeiro. Aconselha o Poder Executivo a explicar as situações antes de as coisas se complicarem, porque quem é do contra sempre vai ser do contra. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Conta que dois dos seus filhos estudam na Escola Maria Silotti, no Bairro BNH, a sua filha mais velha está na Escola David Alberto Lóss, no Coramara, e, graças a Deus, nenhum deles reclamou da merenda escolar. Parabeniza a Secretária Cristina e o Cláudio pelo trabalho. Registra o seu repúdio e a sua indignação quanto à covardia que existe no coração de algumas pessoas. Relata que já sabia das informações citadas pelo Cláudio e as repassou às pessoas. Salienta que, como legislador, tem a obrigação de fiscalizar. Frisa que apenas as pessoas que são politicamente corretas, do contra ou que tiverem a ambição de tomar o lugar dos outros não encontram as informações corretas. Repudia os jornais eletrônicos de Cachoeiro que desinformam a população e caluniam as pessoas. Enfatiza que o problema da falta de carne nas escolas tem justificativa. Menciona que a Secretaria de Educação promoveu reformas e ampliações das escolas municipais e entregou uniformes e materiais escolares aos alunos; entretanto, devido a um problema que já está sendo solucionado, os oportunistas da cidade criam narrativas e desinformam a população. Avalia que, se todos dessem as mãos, as coisas funcionariam muito melhor. Cita o exemplo do Cláudio que atua voluntariamente no conselho, que é formado por pessoas da sociedade civil com o objetivo de ajudar a Secretaria de Educação. Assim, diz que o setor de educação é forte e sólido, mas vai passar por situações boas e também por problemas como esse da carne, que podem ser solucionados. Parabeniza o Poder Executivo que sempre tem avançado. Espera que as pessoas possam crescer e avançar com equilíbrio e sobriedade para tratar os problemas. / **Osmar Francisco:** — Dirigindo-se à secretária, diz que as pessoas só jogam pedras em árvores que dão bons frutos. Comenta que nunca ouviu nenhuma professora ou gestora reclamar da Secretária Cristina; então, algumas pessoas acabam inventando coisas para que ela fique mal. Parabeniza a secretária pelo trabalho que faz na Secretaria de Educação, visando sempre o bem das crianças. / **Paulo Grola:** — Parabeniza a Secretária Cristina e o Cláudio pelo trabalho que fazem, porque as crianças estão





sendo muito bem atendidas pela merenda escolar. Analisa que a falta de carne, por um período curto, não fez mal as crianças. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Frisa que fez algumas críticas ao contrato, e não à nutrição. Diz achar que houve ingerência e falta de habilidade na contratação da empresa para fornecer a carne. Explica que, quando se contrata uma empresa, é preciso saber se ela tem capacidade para fornecer o produto. Comenta que a empresa não tinha capacidade para atender o Município, inclusive ela quebrou. Pergunta como o Município fez contrato com uma empresa, da qual, conforme disse o Cláudio, estava faltando um documento. Menciona que não tem nada a falar sobre a nutrição nem o cardápio das escolas. Repete que contestou o contrato da carne, até porque foi eleito para fiscalizar o Executivo. Deixa claro que não acha normal a empresa quebrar e as crianças ficarem sem carne na merenda escolar, mesmo que alguns vereadores concordem com isso. Registra que deveria ter sido feito, no mínimo, um contrato de emergência para os alunos não ficarem sem carne. Conta que ficou abismado com a falta de habilidade do governo nessa questão. Ressalta que o governo deveria ter ido para as redes sociais falar sobre o assunto e comprar, em regime de urgência, carne para a merenda escolar. Fala dos discursos amorosos e puxadores de saco feitos na Câmara com os quais ele, Ary, não concorda, já que foi eleito para fiscalizar o Executivo. Lembra que, há algum tempo, descobriu que havia carne estragada em um colégio e conversou com a secretária sobre isso. Diz que, depois, soube que as crianças não estavam comendo carne na merenda e procurou o Vereador Sandro, que faz parte do conselho, o qual lhe informou que seria feita uma compra desse produto em regime de urgência, mas até agora a carne não chegou às escolas. Indaga se a carne está vindo nas costas de uma tartaruga. Cita o caso de empresas que considera fajutas que vieram para Cachoeiro, como a que está fazendo o asfalto e a que fez o cadastramento do IPTU. Questiona se é só em Cachoeiro que entram empresas fantasmas, fazem o que querem e saem quando bem entendem. Enfatiza que não tem nada contra a Secretária Cristina, o Cláudio nem as nutricionistas, mas o governo não está fiscalizando os contratos. Ressalta que a Câmara precisa fiscalizar todos os contratos do Município. / **Cláudio Vilarinho:** — Agradece aos vereadores pelas palavras de apoio e de carinho. Registra que não está na Câmara para falar em nome da Prefeitura. Com todo o respeito, diz que o Vereador Ary não deveria ter se referido ao contrato como fajuto, e sim ter falado sobre as brechas da lei. Explica que, quando uma empresa participa de um pregão, ela apresenta todos os documentos e certidões negativas, ou seja, é idônea. Frisa que não há bola de cristal para saber do passado de ninguém. Esclarece que o processo licitatório tem duas fases, sendo que na primeira são apresentados os documentos para saber se a empresa está apta a participar e, só depois, vem a proposta comercial. Ressalta que, em sua opinião, não houve falha da Prefeitura no processo licitatório, pois ninguém teria como adivinhar que a empresa iria falir. Informa que o Conselho de Alimentação Escolar vai propor que a empresa apresente garantias do início ao fim do processo licitatório, pois, salvo engano, parece que, agora, só podem ser exigidas 10%. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que a Prefeitura deveria ser indenizada pelo tempo que as crianças ficaram sem carne na merenda escolar. / **Cláudio Vilarinho:** — Concorda com o Vereador Ary. Lembra que pediu ao colega Sandro Irmão, que estava na reunião do conselho, para falar com os demais vereadores sobre a compra emergencial de carne para as escolas. Enfatiza que os Poderes Executivo e Legislativo devem trabalhar juntos. Relata que o Vereador Sandro foi à SEME e à PGM e conseguiu uma resposta positiva quanto à compra emergencial, inclusive a Secretária Cristina já falou sobre essa história. Recorda que, em novembro, quando esteve na Câmara, o conselho já estava preocupado com a empresa que ganhou a licitação para o fornecimento de carne, pois lhe faltava um documento e não conseguiria entregar o produto. Repete que o conselho pediu para que a carne não fosse entregue no final de ano. Comenta que os Vereadores Sandro, Júnior e Gelinho lhe procuraram para falar sobre o problema da carne. Volta que dizer que os vereadores



sempre serão bem-vindos às reuniões dos Conselhos da Merenda e de Meio Ambiente. Pede licença ao Presidente Brás para dizer que sentiu falta dos vereadores na audiência do Plano Municipal de Macrodrenagem de Cachoeiro, assunto esse que considera importante. Dirigindo-se ao Vereador Júnior, explica que o cereal que consta da planilha é aquele que se mistura ao leite e é cheio de açúcar, o qual foi proibido de ser servido às crianças. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Pergunta quando será feita a entrega da carne nas escolas. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Responde que, hoje, foi avaliada a última amostra de carne de uma empresa e o empenho será realizado amanhã para que, na quinta e sexta-feira, o produto seja entregue nas escolas. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Indaga se isso ocorrerá ainda esta semana. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Diz que sim, se tudo correr de acordo com os trâmites. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Torce que tudo seja resolvido, porque o importante é que as crianças tenham carne na merenda escolar. Comenta que alguns vereadores disseram que receberam reclamações de que faltou carne nas escolas por alguns dias, mas, na verdade, isso está ocorrendo há meses. Registra que, infelizmente, muitas crianças não têm o que comer direito em casa e recebem uma alimentação melhor nas escolas. Parabeniza o Cláudio pelo trabalho voluntário no conselho, pois tira dinheiro do bolso para pagar gasolina para participar das reuniões. Também parabeniza a Secretária Cristina e equipe pelo trabalho que fazem. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Conta que está na Câmara desde 01/01/1997 e já viu muitas empresas ganharem licitação, mas não entregarem os produtos, conforme o edital. Cita, como exemplo, a empresa que ganhou a licitação, no valor de aproximadamente 8 milhões de reais, para asfaltar a estrada da Gruta, dentro do Programa Caminho do Campo, do Governo do Estado, a qual fez uma parte da drenagem, mas faliu; assim, o serviço terá que ser licitado novamente. Lembra que, no governo de Casteglione, foi votado um projeto para serem feitas algumas ruas do Bairro Recanto, mas a empresa contratada quebrou durante o período em que estava realizando o serviço e o carro de um morador ficou três anos preso na garagem. Comenta que, muitas vezes, a empresa ganha a licitação, inicia o serviço e já solicita a medição para que possa comprar material e fazer a obra. Agradece ao Cláudio, à Secretária Cristina e sua equipe pelas explicações. Salienta que a Câmara é a Casa do Povo e, na medida do possível, sempre vai tentar esclarecer para a sociedade tudo o que tem ocorrido no Município, principalmente quanto à coisa pública. / **Cláudio Vilarinho:** — Informa que o trabalho que faz não é apenas com relação às escolas, pois também participa dos pregões para saber quais empresas estão na disputa. Inclusive diz que, quando solicita que seja registrada em ata a sua participação, como conselheiro da Alimentação Escolar, os representantes das empresas ficam resabiados. Conta que não sai do conselho, porque gosta de fazer esse trabalho. Convida os vereadores a irem ao CMU para conhecerem o trabalho feito pela Luciene e equipe no depósito da merenda escolar, onde os alimentos estão muito bem armazenados. Também os convida para participarem das reuniões do conselho, cujas datas foram repassadas a todos. Coloca-se à disposição dos vereadores. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Agradece aos vereadores pela oportunidade de falar na Câmara e diz que o seu gabinete está aberto a todos. Salienta que, desde o início do movimento da carne, foi procurada por vários vereadores, aos quais foram repassadas as mesmas explicações já dadas pelo Cláudio na Câmara. Agradece ao prefeito por lhe permitir trabalhar com liberdade, dignidade e respeito, fazendo a aquisição daquilo que é melhor para os estudantes. Coloca-se à disposição dos vereadores. / Continua o Pequeno Expediente. / **Diogo Pereira Lube:** — Convida para se juntarem a ele na tribuna as seguintes alunas do Instituto Federal do Espírito Santo: Dullye Noletto Lima Teixeira, Júlia Mattos da Costa e Kamila Almeida Gonçalves, as quais têm dezesseis anos e fazem o Curso Técnico em Mineração. Conta que elas, coordenadas pelo Professor Gleicon Maior, do Curso de Engenharia de Minas e Técnico de Mineração, foram aprovadas no Programa Power4Girls, que busca apoiar jovens empreendedoras



em inovação e sustentabilidade, desenvolvido pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, através do Instituto Glória. Passa a palavra às alunas para falarem sobre o projeto delas. Parabeniza o IFES de Cachoeiro por pensar em sustentabilidade e em educação além das fronteiras do Brasil.

/ **Dullye Noleto Lima Teixeira:** — Comenta que teve a ideia do projeto há três anos, quando visitou uma empresa de mármore, viu a lama no canto e pensou que aquilo poderia ser utilizado em algum lugar. Destaca que a ideia inicial era transformar a lama em água reutilizável, mas isso não deu certo. Então, diz que, juntamente com as suas famílias, ela, a Júlia e a Kamila chegaram à conclusão que seria uma boa ideia fazer asfalto com a lama da marmoraria. Explica que a lama será utilizada no lugar do piche, sendo usados ainda calcário e outros ingredientes necessários para fazer o asfalto. Salienta que, com a utilização da lama, que é o rejeito de rochas, o asfalto vai ficar mais barato e mais resistente do que o convencional. Informa que, com o calor, o piche derrete, mas isso não vai acontecer com esse tipo de lama. Portanto, frisa que esse projeto é sustentável e colabora com o meio ambiente, já que a lama de algumas empresas causa assoreamento nos rios, o que prejudica a fauna e a flora.

/ **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que, hoje, Cachoeiro é conhecida como a cidade dos buracos, e seria interessante se as autoridades do Município dessem atenção a um projeto como esse, que pode viabilizar asfalto muito mais barato e de forma sustentável. Parabeniza as alunas por pensarem de forma proativa. Espera que esse projeto possa ser abraçado por uma empresa que queira contribuir com o meio ambiente, fazendo um asfalto de qualidade, de durabilidade e de baixo custo.

/ **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pergunta se esse produto é como o revsol, ou seja, vindo da rocha, ou é asfalto mesmo.

/ **Diogo Pereira Lube:** — Responde que, de acordo com o projeto, é como se fosse asfalto, pois o piche seria substituído pelo resíduo de rochas ornamentais.

/ **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Então, diz que Cachoeiro tem uma mina de ouro, mas não investe na utilização desse recurso mais barato e durável. Parabeniza as alunas pelo projeto.

/ **Diogo Pereira Lube:** — Enfatiza que é preciso cobrar que as autoridades invistam em tecnologias e educação, porque é assim que surgem boas ideias.

/ **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Registra que as três alunas são do Bairro Coramara. Parabeniza-as e também ao Vereador Diogo pela homenagem.

/ Em seguida, o Vereador Diogo Pereira Lube fez a entrega de Homenagens Especiais à Dullye Noleto Lima Teixeira, Júlia Mattos da Costa e Kamila Almeida Gonçalves.

/ **Ely Escarpini (Presidente em exercício):** — Passa a palavra à Secretária Márcia Bezerra, que falará sobre os cargos criados no projeto aprovado na semana passada. Convida os Secretários Vander, Márcio Guedes, Lorena, Luana e Coronel Darós para tomarem assento nas cadeiras ao lado da tribuna, já que, depois, também usarão da palavra.

/ **Márcia Cristina Fonseca Bezerra:** — Cumprimenta a todos e diz que falará sobre alguns cargos criados na Secretaria de Desenvolvimento Social. Explica que a SEMDES tem como responsabilidade a execução de duas políticas importantes, que são: assistência social e segurança alimentar e nutricional. Registra que a assistência social é uma política pública de direito, e não mais aquelas ações antigas e pontuais de campanhas de dar pelo simples fato de dar. Justifica que a criação dos cargos é uma exigência assegurada pelas normas operacionais do RH do SUAS para a secretaria trabalhar e desenvolver essa política tão importante no Município. Segue informando que os dados dos atendimentos prestados pela secretaria são inseridos no Sistema de Gestão do Governo Federal, o que garante os repasses financeiros para o Município executar tais políticas. Menciona que a qualidade dos serviços disponibilizados ao povo depende da estruturação de trabalho e também da qualificação e valorização dos funcionários do SUAS. Comenta que os vereadores podem perguntar se era necessária a criação desses cargos e por que só agora eles foram criados. Então, relata que essas normativas são exigidas e cobradas há muito tempo e, graças a Deus, o governo de Bolsonaro tem apertado mais para que os Municípios executem as políticas da forma legal como de fato devem ser. Diz que os cargos criados não estão



vagos para nenhum dos vereadores indicar alguém, porque todos já são ocupados por profissionais de assistência, de pedagogia ou de psicologia, que atuam através de processo seletivo ou de assessoria técnica. Esclarece que o Governo Federal exige que os cargos existam no organograma da Secretaria de Desenvolvimento Social e no RH da Prefeitura de Cachoeiro para que sejam enviados recursos com vistas a manter essa política no Município; por isso, reivindicou ao prefeito a criação dos mesmos, pedido esse que foi estudado pela PGM, sendo encontrado respaldo na lei. Portanto, frisa que o que houve na SEMDES foi simplesmente uma organização daquilo que era necessário para cumprir a lei e garantir a qualidade e a oferta dos serviços prestados à população. Salienta que cada equipe de CRAS, de CREA, de serviço de acolhimento e de benefícios/referências é encarregada de intervir junto a um determinado número de pessoas que apresentam situações de vulnerabilidade ou de risco social e pessoal, havendo vínculos de confiança delas com os servidores. Diz que, para prestar esse serviço, foi necessária a criação de uma retaguarda de planejamento e vigilância, através de gerências adjuntas, gerências comuns e coordenações. Ressalta que, quando um vereador lhe telefona à noite, aos finais de semana ou feriados para pedir ajuda para um funeral ou outro atendimento, passa-lhe o número dos coordenadores responsáveis, os quais estão na ponta executando os serviços vinte e quatro horas por dia, ou seja, de forma ininterrupta. Agradece aos vereadores pela atenção e por terem votado o projeto e os convida para conhecerem de perto o trabalho incansável dos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social. Pede aos vereadores que defendam a SEMDES para que a pasta possa atender melhor à população cachoeirense. Enfatiza que a SEMDES não executa política de governo ou de gestão, e sim políticas públicas de direito, as quais são estabelecidas por lei. / **Thiago Bringer:** — Após os cumprimentos, informa que também vai falar sobre o PL 15/2022, aprovado na Câmara na semana passada, que se tornou a Lei 9.740. Ressalta que Cachoeiro precisava de ampliação em suas atribuições, e a Constituição determina que os cargos de direção, chefias e assessoramentos sejam de provimento em comissão, o que não quer dizer que isso será utilizado como moeda de troca ou acordos políticos. Frisa que quem diz isso desrespeita a natureza do poder público, que serve ao povo. Menciona que a Procuradoria Geral do Município de Cachoeiro de Itapemirim é a única do Estado do Espírito Santo que tem uma estrutura administrativa com assessoria aos procuradores de carreira. Salienta que, nos últimos três anos, a PGM teve uma demanda gigantesca, inclusive, só em 2021, foram dezenove mil setecentos e vinte e seis processos judiciais, com uma estrutura de quinze procuradores e um procurador geral. Ressalta que esse total dá uma média de cinco, seis processos judiciais/dia para cada procurador, sendo complicado para esses profissionais cuidarem de tudo por falta de tempo e de pessoal, o que pode gerar um passivo de milhões de reais para o Município. Comenta que, talvez, os imediatistas podem dizer que outro prefeito vai pagar por isso; porém, informa que, na verdade, quem paga é a cidade. Então, diz que foi enviado à Câmara o Projeto de Lei 15/2022, criando, entre outros, dezesseis cargos de consultor de procurador municipal, os quais, por natureza constitucional, devem ser de provimento em comissão. Frisa que, com a aprovação desse projeto, os vereadores proporcionaram uma maior estrutura à Procuradoria, que poderá prestar um melhor serviço e garantir que cada ato praticado pelo Município esteja de acordo com as legislações de Cachoeiro, do Estado e do Brasil. Enfatiza que a PGM sempre primou pela boa técnica e, agora, tem infraestrutura para fazer um trabalho ainda melhor. Agradece aos vereadores pela aprovação do projeto e coloca-se à disposição de todos. Comenta que a Mesa Diretora convidou os secretários que tiveram acréscimo de cargos na estrutura de trabalho de suas secretarias para justificarem isso, de maneira a que os vereadores e a população entendessem. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Conta que o Instituto Embelleze forma profissionais empreendedores e também faz um trabalho social em Cachoeiro. Inclusive diz que vai homenagear a Tatiane, desse instituto, a quem passa a





palavra. / **Tatiane Donadio de Souza:** — Cumprimenta a todos e registra que o Instituto Embelleze é a maior escola de formação profissional da América Latina e, em março, está comemorando dezenove anos, transformando vidas, através da beleza. Diz que o Instituto Embelleze está em Cachoeiro há quase nove anos e já formou mais de três mil pessoas, as quais buscavam independência financeira e, hoje, colaboram com a economia da cidade. Agradece ao vereador pela homenagem. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Destaca a importância do trabalho do Instituto Embelleze em Cachoeiro. Comenta que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico é promotora do Balcão de Empregos, ação do Município que faz o cadastramento de pessoas para o mercado de trabalho. Menciona que o Instituto Embelleze faz um trabalho social cedendo profissionais para cortes de cabelo feminino e masculino em ações promovidas nos bairros da cidade. / **Tatiane Donadio de Souza:** — Diz que os alunos do Instituto Embelleze participam das ações sociais, levando beleza e cuidado às pessoas. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Comunica que, no próximo sábado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a parceria do Instituto Embelleze, vai promover uma ação social no Bairro Gilson Carone. / Em seguida, o Vereador Marcelo Fávero de Oliveira, acompanhado dos Edis Brás Zagotto e Sandro Dellabella Ferreira, fez a entrega de Homenagem Especial à Tatiane Donadio de Souza. / **Márcio Correia Guedes:** — Após os cumprimentos, registra que, com a nova estrutura aprovada na Câmara, foram criadas na Secretaria de Fazenda mais duas gerências. Explica que a Gerência de Grandes Contribuintes vai fazer com que a fiscalização se aproxime mais dos cem maiores contribuintes de Cachoeiro, sendo criados canais, guichês e agendamentos específicos para atender os contabilistas que representam essas empresas. Acrescenta que também foi criada a Gerência de Inteligência Fiscal, que vai dar suporte à Gerência de Fiscalização Tributária, direcionando o trabalho dos auditores fiscais. Menciona que o corpo técnico de auditores fiscais também será qualificado com novos treinamentos e direcionamentos. Salienta que essas criações são frutos da auditoria do Tribunal de Contas feita em 2016, quando foram identificados vários pontos que precisavam de melhorias na Secretaria de Fazenda. Lembra que, a pedido do Prefeito Victor Coelho, os vereadores da legislatura passada aprovaram a redução do ITBI para 2%. Relata que a política do prefeito não é aumentar imposto, mas é preciso direcionar a fiscalização para que quem deve tributos ao Município faça os recolhimentos nas datas corretas; assim, a criação dessas duas gerências vai fazer com que a Secretaria de Fazenda atinja seus objetivos. / **Luana Cristina da Silva Fonseca:** — Cumprimenta a todos e informa que está acompanhada da Subsecretária Maelle Barbieri e da Sara, Gerente de Controle de Resíduos. Ressalta que, no ano passado, foi finalizado o Plano Municipal de Água e Esgoto e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sendo que a criação dos cargos está inteiramente ligada a isso. Salienta que, após estudos feitos pelo LAGESA, foi verificada a necessidade da criação de uma subsecretaria para ficar responsável pelos assuntos relacionados ao saneamento básico e à gestão de resíduos sólidos. Comenta que a Secretaria de Meio Ambiente tem a Gerência de Controle de Resíduos, a qual conta apenas com dois servidores técnicos. Registra que, este ano, será finalizada a questão do eixo de drenagem. Destaca que a elaboração do Plano de Saneamento Básico contou com a participação popular, sendo aberto espaço para que a sociedade pudesse dar sua contribuição. Cita que foram realizadas sessenta e uma reuniões com as secretarias, duas audiências públicas, cinco encontros técnicos presenciais, quatro lives em redes sociais e cinco reuniões virtuais com a população, sendo que foi contratado um laboratório para fazer pesquisas de campo. Conta que ocorreram reuniões específicas com a Câmara, em 2020 e 2021, ocasiões em que foram apresentadas todas as etapas do plano que ainda estava sendo elaborado. Com a conclusão desse plano, diz que foi proposta a criação da Subsecretaria de Meio Ambiente com as Gerências de Controle de Resíduos e de Saneamento Básico e com as Coordenações de Coleta Seletiva, de Projetos, de Saneamento Rural e de Sistema.



Avisa aos vereadores que eles podem ter acesso a todas essas informações no site da Prefeitura, na página da Secretaria de Meio Ambiente. Agradece à Câmara pela oportunidade de fazer esses esclarecimentos e coloca a Secretaria de Meio Ambiente à disposição de todos. / **Ruy Guedes Barbosa Júnior:** — Informa que, com a nova estrutura administrativa, foram criados três cargos na Secretaria de Governo: um de subsecretário, um de gerente e um de coordenação. Registra que a Secretaria de Governo, além de fazer toda a parte de interface com os demais Poderes, de acompanhar a pauta do prefeito e de assessorar o gabinete, também tem a responsabilidade de fazer o acompanhamento do programa que foi entregue ao Tribunal Superior Eleitoral. Então, diz que, desde o ano passado, estão trabalhando na construção e execução desse planejamento estratégico e também buscando as melhores ferramentas que a iniciativa privada tem para o setor público, que é o acompanhamento sistemático daquilo que foi entregue ao TSE. Cita que as principais atuações desse planejamento estratégico são: acompanhar a execução do plano de governo registrado no TSE; fazer a sistematização desse plano e seu desdobramento em metas; elaborar e acompanhar o planejamento estratégico; elaboração, monitoramento e avaliação do plano de metas e indicadores de resultados; estruturação e monitoramento dos projetos do plano de metas. Conta que, recentemente, foi acrescido um novo encargo, que é o acompanhamento e a elaboração dos relatórios anual de gestão e o mensal de atividades. Menciona que, antes, esse relatório era feito de forma errônea pela Controladoria, já que ela é os olhos e os ouvidos do Tribunal de Contas junto ao Município no controle de seus atos; assim, salienta que a Controladoria deve receber esse relatório anual elaborado pela Secretaria de Governo para que possa verificar se há alguma irregularidade. Portanto, frisa que essa gerência foi criada para acompanhar e fazer a elaboração do relatório anual e também o de atividades das secretarias ao longo do ano. Ressalta que o planejamento estratégico é estruturado na sistematização do plano de governo e composto por áreas temáticas, que são dez em Cachoeiro: educação; saúde; segurança; políticas sociais e de direitos humanos; urbanismo, infraestrutura e mobilidade; meio ambiente e saneamento básico; cultura, turismo, esporte e lazer; desenvolvimento econômico; agricultura e interior; administração pública. Para ilustrar o trabalho do setor de planejamento estratégico, cita, como exemplo, que uma das metas da saúde é construir unidades básicas no Município, como as dos Bairros Zumbi e Vila Rica. Inclusive lembra que essa última comunidade foi contemplada com uma emenda proposta pelo Deputado Federal Felipe Rigoni. Comenta que o produto dessa meta é realmente ver as unidades construídas e o projeto é o bom atendimento aos munícipes. Assim, diz que, com isso, foi feita a inclusão na Secretaria de Governo e Planejamento Estratégico de uma Gerência Adjunta de Projetos e Atividades para cuidar do relatório de gestão e do acompanhamento das secretarias e foi criada também uma Coordenação de Indicadores para verificar se o que está proposto para o mês é executado. Pergunta qual é o indicador da saúde, além do atendimento, e responde é a construção de unidades básicas. Frisa que a administração pretende entregar 100% daquilo que consta do plano de governo. Enfatiza que é feito o acompanhamento quase que diário desses projetos, numa interface com todas as secretarias. Salienta ainda que há na Prefeitura o Setor de Captação de Recursos, que era ocupado por um servidor de cargo em comissão, mas não havia estruturação dentro da secretaria. Então, conta que foi criada a subsecretaria para que possa desempenhar um trabalho ainda melhor de fazer essas buscas e possibilitar a execução dos projetos. Agradece à Câmara por ter aprovado, na última terça-feira, o projeto da nova estrutura administrativa da Prefeitura e diz que o propósito é apresentar as melhores políticas na melhor técnica possível. Coloca-se à disposição dos vereadores. / **Mylena Gomes Lopes:** — Como controladora do Município, apresenta o novo organograma que foi alterado pela Lei 7.940, publicada ontem no Diário Oficial. Informa que, antes, na Controladoria, havia somente os cargos de controlador, de ouvidor, uma Subsecretaria de Integridade e Transparência e seis gerências,



sendo que, com a mudança, alterou-se-uma gerência, que foi dividida em duas: a Subsecretaria de Auditoria e Controle Interno e a Gerência de Ouvidoria. Destaca que o objetivo dessa mudança é melhorar o planejamento tático e operacional da Controladoria com foco no resultado, pois as equipes internas terão uma estrutura compatível com as necessidades de planejamento, gestão e execução das tarefas. Menciona que a Controladoria terá maiores e melhores condições de orientar as demais equipes para fortalecer o controle interno de cada setor e também aumentar os resultados do governo devido à melhoria da gestão de riscos, de acordo com as atividades de auditoria, transparência, integridade e participação social. Segue registrando as competências de cada subsecretaria: Subsecretaria de Auditoria e Controle Interno fica responsável pela auditoria interna, fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, acompanhamento e análise das contas públicas, elaboração de manuais e normas, procedimentos e rotinas internas a serem adotadas na administração, o que já é realizado hoje, mas existe a meta para, em 2022, aumentar o escopo; de Integridade e Transparência, que é responsável por orientar os servidores e fornecedores da Prefeitura sobre ética, respeito e as diretrizes da gestão pública, sendo que uma das metas para este ano é a criação do programa de integridade, visto que já regulamentaram a Lei Anticorrupção e precisam colocar para funcionar o disk-denúncia e os processos administrativos de responsabilização, entre outras funções. Menciona que na Ouvidoria Geral foi criada a gerência para ampliar e melhorar o escopo do setor, pois só há um cargo comissionado lá, que é o de ouvidor geral, e os outros são ocupados por estagiários, sendo necessário ampliar e direcionar os trabalhos para melhorar o relacionamento com os cidadãos e as possibilidades de realização de pesquisa de opinião, eventos e treinamentos, aumentando e fortalecendo o controle social. Cita as seguintes ações para 2022: elaboração do programa de integridade, previsão de realização de quinze auditorias, visto que, atualmente, são feitas de três a quatro por ano, ações previstas nos Programas Time Brasil e no de Prevenção à Corrupção, além das demais funções de assessoramento das secretarias, elaboração de normativas e realização de eventos, abordando algumas temáticas. Agradece a todos pela atenção. / **Francisco Carlos Montovanelli:** — Registra que Cachoeiro se tornou uma terra inóspita para o desenvolvimento econômico e difícil de ser trabalhada. Lembra que Cachoeiro foi a primeira cidade do Espírito Santo a ter energia elétrica, em 1903, sendo a capital econômica do Estado, enquanto Vitória era a capital política. Destaca que a cafeicultura também começou por Cachoeiro; depois, a cana-de-açúcar, com o advento da Usina Paineiras, além das grandes indústrias em função da energia elétrica, como a Fábrica de Tecidos do Estado do Espírito Santo. Portanto, frisa que Cachoeiro era a cidade mais pujante do Espírito Santo, a mola propulsora da economia capixaba, talvez, até pela proximidade com o Rio de Janeiro. Avalia que Cachoeiro tenha sido a locomotiva do Estado até trinta anos atrás. Ressalta que, graças a uma gestão séria e comprometida com resultados e às políticas públicas de qualidade, Cachoeiro figura no Estado como o quinto Município com melhor empregabilidade. Comenta que no Norte do Espírito Santo há a SUDENE, que permite o desconto de 80% para as empresas que quiserem se instalar nos Municípios daquela região, sem contar que, se o empresário fizer um investimento em sua empresa, no período de um ano, deixará de pagar os 20% de imposto, além de ter os incentivos do Banco do Nordeste. Então, menciona que Cachoeiro veio perdendo competitividade ao longo dos anos e, infelizmente, ainda houve política de má qualidade no Município. Recorda que, há pouco tempo, os vereadores discutiram o PDM de Cachoeiro e informa que, agora, está sendo feita a revisão do Plano de Manejo do Itabira. Registra que o Parque do Itabira vem até o Bairro Coronel Borges, sendo que às margens do Rio Itapemirim não era permitido construir sequer um supermercado, uma loja de tecidos, uma sapataria, uma pizzaria, etc.; porém, isso está mudando nesta gestão do Prefeito Victor Coelho, da qual tem a honra de participar, mesmo não sendo oriundo da política, já que é apenas um empresário da cidade. Comenta que entrou na secretaria



com a visão de gestão empresarial e conhecedor das lacunas e dos equívocos cometidos em Cachoeiro. Assim, frisa que, graças a esta gestão comprometida e ao alinhamento dos vereadores com os propósitos positivos para a cidade, está sendo possível alcançar excelentes resultados. Informa que, de acordo com dados do Ministério da Economia, Cachoeiro de Itapemirim é a décima terceira cidade do Brasil, entre cinco mil e oitocentas, com melhor ambiência de negócios, graças a um diagnóstico feito no início da gestão de Victor Coelho, com sua visão de empresário, do conhecimento das falhas da máquina pública e dos erros cometidos na política. Lembra que o primeiro PDM da cidade foi feito em 2006, sendo que a revisão desse plano deve ser feita a cada dez anos; entretanto, em 2016, isso foi feito de forma equivocada. Inclusive conta que o dono da Churrascaria Rio Grande não pode fazer uma cobertura na garagem dele para colocar lá placas de energia fotovoltaica, porque, em 2016, quando da revisão do PDM, o Município se equivocou. Recorda que onde funciona o Supermercado Carone era a fábrica de tecidos e atrás da Churrascaria Rio Grande havia uma fábrica que mexia com madeiras. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que o Município está trabalhando em cima do PDM de 2016, estando cinco anos atrasado nessa revisão. / **Francisco Carlos Montovanelli:** — Diz que a Prefeitura acabou de fazer a revisão do PDM, inclusive a lei já foi publicada. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que os vereadores estão aguardando a chegada do projeto do PRO, que é o Programa de Regularização de Obras. / **Francisco Carlos Montovanelli:** — Ressalta que outro avanço é que Cachoeiro se tornou uma cidade antropizada, ou seja, como ela cresceu às margens do rio, foram construídas residências, indústrias e comércios; depois, com o ordenamento do solo urbano, isso foi proibido, passando a vigorar o Código Florestal, que estabelece que, de acordo com a calha do rio, é preciso manter um distanciamento para se construir e até reformar uma residência. Porém, salienta que Cachoeiro já sofreu ação humana. Comenta que foi aprovada recentemente em Brasília uma lei que dá ao Município mais liberdade, desde que seguindo os preceitos dessa mesma legislação, que diz que a região precisa ter saneamento básico e iluminação pública para comprovar que a área já foi impactada. Então, menciona que a Prefeitura, devido à revisão do PDM e essa lei federal, pode voltar a liberar a construção de edificações comerciais e residenciais e também reformas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Alerta que o governo tem que mandar o projeto para apreciação da Câmara. Destaca que a lei federal aprovada diz que cada Município fará sua própria legislação. / **Francisco Carlos Montovanelli:** — Menciona que o projeto será enviado à Câmara. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Conta que o Walber Coelho fez um investimento de 2 milhões e 500 mil reais atrás da Rua Dona Joana, mas está tudo parado, porque não pode construir nada lá. Acrescenta que o pessoal do Hortifruti gastou 250 mil reais só de projeto para aquela área próxima ao Supermercado Casagrande, onde era a fábrica de tecidos, mas também está tudo agarrado. Então, acha que essa revisão trará um grande avanço para Cachoeiro, pois vai gerar emprego e renda. Menciona também que o filho do Wilson, do material de construção, estava fazendo uma obra na Ilha da Luz, a oitenta e seis metros de distância do rio, mas ela foi embargada, porque, pelo Código Florestal, teria que ser cem metros. / **Francisco Carlos Montovanelli:** — Registra que, há mais de dez anos, a direção do INSS de Cachoeiro está tentando reformar a agência da Rua Vinte e Cinco de Março, mas não conseguiu autorização, sendo que agora, com a revisão do PDM, isso será possível. Lembra que tal agência foi construída há cerca de trinta anos. Então, frisa que Cachoeiro passou por uma reengenharia grande, e muitas coisas foram criadas, inclusive um projeto aprovado na Câmara de incentivo fiscal, o qual possibilitou a vinda da Empresa Suzano para o Município. Destaca que, com empenho, dedicação e o apoio da Câmara, está sendo possível reconstruir a cidade para que a população cachoeirense tenha trabalho e renda. Informa que Cachoeiro também figura como a quinquagésima sétima cidade do País em modernidade econômica. Quanto ao trabalho de desburocratização, diz que Cachoeiro é a cidade com o maior





avanço, pois, além de liberdade econômica, há a flexibilização para que as pessoas possam abrir suas empresas com o menor custo possível, tanto econômico quanto de tempo. Então, avalia que as cidades que fizeram o dever de casa e foram buscar conhecimento sobre a lei para adaptá-la à sua realidade têm condições de oferecer uma série de vantagens para os empreendedores com relação à celeridade dos processos e à desburocratização. Ressalta que o Ministério da Economia entende que há cerca de seiscentas atividades de baixo impacto que dispensam o ato público, ou seja, não precisam de alvará da Prefeitura para funcionar. Pergunta qual impacto uma loja de calçado ou de confecção causaria ao meio ambiente. Cita, como exemplo, que a pessoa deve procurar um contador para preparar os documentos e ir à Junta Comercial dar entrada no processo; assim, no outro dia, ela poderá abrir a loja, quando, antes, isso demorava de sessenta a noventa dias, porque a Prefeitura tinha que fazer uma vistoria prévia no local. Menciona que, dessas mais de seiscentas atividades de baixo impacto, Cachoeiro tem quinhentas e onze que dispensam o ato de alvará de localização da Prefeitura, enquanto que Vitória tem trezentas e trinta e cinco; portanto, o Município está muito à frente da capital. Enfatiza que está sendo feito de tudo para criar em Cachoeiro uma ambiência propícia para que o Município volte a ser uma locomotiva ou, então, um dos primeiros vagões no desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo. Informa que, dentro da pasta, existe a Sala do Empreendedor, onde são feitas a abertura de empresas, a declaração anual de MEI, Microempreendedor Individual, sem custo nenhum, enfim, uma série de serviços. Destaca que um serviço muito importante é o do Nosso Crédito, que trata das linhas de crédito do Governo do Estado, através do BANDES e do Banestes. Registra que o Nosso Crédito é um programa especial de microcrédito com juros mais baixos do que os do mercado para empreendedores, pessoas físicas ou jurídicas, com faturamento anual bruto de até 360 mil reais. Salaria que podem solicitar esse financiamento autônomos, microempreendedores individuais, os MEI's, micros e pequenas empresas e empresas de pequeno porte, pois esse programa oferece linhas de crédito com parcelamentos prolongados e taxa de juros reduzida, oscilando de 0.9% a 1.5%. Menciona que, de 2019 a 2021, o Programa Nosso Crédito fez oito mil, quatrocentos e vinte e quatro atendimentos a empresas, dos quais novecentos e oitenta e seis foram aprovados, sendo ofertados, na Sala do Empreendedor, 6 milhões, 575 mil, 177 reais e 70 centavos. Cita as seguintes linhas de crédito: microcrédito – de até 20 mil reais, com taxa de juros de 0.9% com parcelamento em até vinte e quatro meses; as demais são a emergencial, a da Covid e a da taxa zero, de até 10 mil reais sem juros para microempreendedor individual, tendo chegado ao montante de 3 milhões 565 mil reais. Salaria que pleiteou mais servidores para a pasta, porque o que atende ao microcrédito tem que passar por um processo de treinamento chamado PROFAC, que é ministrado pelo BANDES e ADERES, que são órgãos do Governo do Estado, sendo esse um trabalho técnico. Comenta que esse é um curso intensivo de sete dias feito no Parque do China, onde o servidor aprende sobre operação de crédito. Salaria que mandavam fazer esse curso um servidor comissionado, um indicado por vereador ou aprovado em processo seletivo; porém, quando vencia o contrato, não era possível dar continuidade ao atendimento, sendo necessário aguardar um novo processo seletivo. Então, diz que solicitou a criação de um cargo de Gerente de Crédito e um de Coordenador de Crédito. Assim, frisa que, quando outro prefeito assumir o Município, se ele tiver o senso exato de sua responsabilidade, que é gerar emprego e renda, e não fizer política do cargo, vai manter na mesma função um servidor de altíssima qualidade e bem treinado para que esse trabalho tenha continuidade. Portanto, analisa que isso justifica a criação dessas vagas, já que não haverá interrupção desse atendimento por conta de contrato vencido de servidor. Agradece a todos pelo espaço cedido. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede que seja levada uma mensagem ao Secretário Alex para que ele mande o projeto do Código de Obras o mais rápido possível para a Câmara, o qual, depois de aprovado, permitirá que muitas coisas sejam



liberadas em Cachoeiro. / Continua o Pequeno Expediente. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra seus sentimentos de pesar pelo falecimento da Dona Nilzete, mãe do Ernane. Diz-se angustiado por saber que ainda falta carne na merenda das crianças, embora tenham tentado justificar isso hoje. Deixa claro que nunca falou do trabalho das nutricionistas, e sim da incapacidade do governo de comprar e de negociar, já que só faz contrato ruim. Frisa que a Prefeitura tem que aprender a fazer contrato e também o seguro dele; assim, se o mesmo for interrompido no meio do caminho, terá a garantia de que as crianças não ficarão sem a merenda. Comenta que fazem um contrato e, depois, descobrem que a empresa não tem documento e que faliu. Pergunta como pode uma empresa dessas ludibriar um monte de gente da Prefeitura, visto que nem um menino daria esse mole. Menciona que ainda dizem que o Vereador Ary Corrêa é implicante e de oposição. Enfatiza que não é oposição, apenas faz seu trabalho de fiscalizador. Repete que é grande a inabilidade desse povo da Prefeitura de negociar com os fornecedores, não só com os de carne, como também de asfalto e de outros produtos. Informa que o asfalto era de sete centímetros e baixou para dois e até para zero em alguns lugares e, mesmo assim, o serviço ainda fica ruim e precisa ser refeito. Avisa que vai sempre fiscalizar e informar ao povo sobre o que está acontecendo em Cachoeiro. Diz que a população pode contar com ele, pois é bem pago para vigiar o dinheiro público. / Na sequência, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que o Secretário Alex da Vitória está finalizando o projeto do novo retorno para o Bairro Parque Laranjeiras. Inclusive conta que muitos empresários e moradores dos Bairros São Francisco e Parque Laranjeiras reclamam daquele acesso. Diz que preferia que fosse tirado um pedaço do muro daquela subida para as manobras continuarem sendo feitas no mesmo local, já que os motoristas ainda fazem isso lá, mesmo com placa de proibido. Comenta que muitos comerciantes estão reclamando que a falta de retorno diminuiu a quantidade de clientes, visto que é preciso dar a volta pelo Bairro Nova Brasília ou próximo à Loja Buzato. Ressalta que, segundo o Secretário Bolelli, só estão aguardando a liberação do trânsito para fazer o retorno para o Parque Laranjeiras. Lembra que está pedindo isso há tempos, inclusive já foi ao local juntamente com o Presidente Brás e o secretário, ocasião em que foram apontadas três alternativas de acesso, sendo as mais prováveis a do lado da Loja Mundo das Tintas e a do local onde sempre foi. Frisa que está ansioso pelo início dessa obra que trará melhorias para o pessoal dos Bairros Parque Laranjeiras e São Francisco de Assis. Comenta que, para ser legislador e defender uma tese, é preciso ter conhecimento da Lei 8666. Informa que a falta de carne na merenda escolar vem desde novembro, pois a empresa entrou documentada no processo e, depois, não tinha mais os documentos. Diz saber que o processo licitatório é complexo, pois a administração pública é regida por vários processos legais. Registra que foi a algumas escolas, inclusive tem certeza de que os colegas também fizeram essas visitas, e viu que não faltavam frutas, leite e outros alimentos, só a carne. Comenta que é triste ver algumas informações nas redes sociais com o intuito de denegrir a imagem de pessoas de boa índole, colocando-as em xeque. Menciona que a política está muito acirrada e, às vezes, as pessoas defendem uma coisa sem antes buscarem as informações concretas para saber realmente o que está acontecendo. Conta que, por falta de carne na merenda escolar, foi à secretaria e também conversou com o Cláudio Vilarinho, que faz parte do conselho sem receber nada para isso, inclusive nem trabalha em serviço público; então, tem certeza de que, se houvesse qualquer coisa errada, ele seria o primeiro a dizer. Diz que o Cláudio lhe informou que isso já estava em processo licitatório, o qual deve demorar de noventa a cento e vinte dias. Cita que a inflação também prejudica muito, já que, na licitação, é dado um preço, e ele precisa ser mantido. Destaca ainda que o empresário ganhou a licitação, mas, no outro dia, desistiu, já que ninguém entra nesse processo para perder. Ressalta que a vinda hoje do Cláudio e da secretária à Câmara foi de suma importância para dar clareza ao assunto. Enfatiza



que respeita quem pensa diferente, mas pede que o respeitem também. Lembra que perguntou ao Cláudio por que não fizeram uma compra emergencial de carne, sendo-lhe respondido que isso sairia 30% a mais do valor da licitação. Avisa que, se fizessem essa compra, o gestor seria o responsável, ou seja, a secretária teria que responder por improbidade, já que a função do Ministério Público é fiscalizar e cobrar. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Fala de sua preocupação com as crianças, pois, ontem, ocorreu um acidente com um aluno na Avenida Domingos Alcino Dadalto, no Bairro IBC. Conta que uma criança foi atravessar a rua e, por sorte, a motorista era muito atenciosa. Lembra que há bastante tempo vem cobrando sinalização horizontal e vertical pelo menos próxima às escolas. Diz que não tem mais força para fazer essas reivindicações; por isso, pede ao presidente e aos colegas vereadores que também solicitem ao secretário de Desenvolvimento Urbano que determine ao subsecretário de Trânsito que olhe com mais carinho para as crianças, porque, depois que acontecer um acidente fatal, não adiantará mais reclamar. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que próximo à Escola Anísio Ramos está fácil de fazer a sinalização. Inclusive conta que o Magalhães já foi lá e pediu que os motoristas descessem pela rua de trás; porém, há condutores que voltam de ré. Comenta que, esta semana, um carro atropelou uma criança lá e ela teve que engessar a perna. / **Aparteando Paulo Grola:** — Informa que, hoje, um secretário lhe disse que está faltando tinta para pintar as faixas. Inclusive salienta que solicitou uma faixa para o Bairro Novo Parque, o que já está no cronograma de serviço, mas não há tinta para fazer. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Agradece aos colegas pelos apartes. / **Paulo Grola:** — Comenta que, dias atrás, esteve em Vitória, quando o Secretário Maretto lhe disse que, assim que fossem colocados 30% de revsol na estrada de Bom Jardim a Gironda, ele mandaria o maquinário. Informa que há mais de 40% de material no local; então, registra que, amanhã, ele, o Presidente Brás e o Vereador Léo Cabeça vão tentar conseguir a máquina para começar aquela obra tão necessária. Agradece ao Secretário Maretto e ao Prefeito Victor Coelho, que também estão nessa luta. Convida os vereadores para, na sexta-feira, participarem, na Câmara, da audiência pública com vistas a debater sobre a situação da Santa Casa. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Menciona que estão sendo convidados para essa audiência os deputados federais e estaduais, o pessoal da Secretaria de Estado da Saúde e senadores, porque o problema da Santa Casa é de todos. Registra que, na última sexta-feira, os vereadores ouviram o pessoal do conselho e da diretoria da Santa Casa, que inclusive disse que havia de cinquenta e quatro a sessenta pessoas nos corredores do hospital. Fala também sobre a estrada da fábrica de cimento a Gironda e lembra que, em 1997 ou 1998, na época do ex-prefeito Ferraço, foi aberta a estrada de Bom Jardim, quando o vereador da comunidade de Soturno era o Lucas ou o Walter Gomes. / **Paulo Grola:** — Diz que o vereador era o Djalma Moulon. Inclusive conta que ele, Paulo, e o Djalma Moulon abriram aquela estrada. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Destaca que aquela é uma demanda necessária para o povo da região, pois é sabido que o trânsito pesado passa por Soturno. Comenta que participou de uma reunião lá com os empresários, o Paulo Miranda, o Paulo Grola e o Léo, quando o pessoal disse que daria as máquinas. Salienta que falar em doação de máquinas por dois, três dias é uma coisa; porém, por saber que seriam por dois meses, com duas patrões, uma pá carregadeira, uma retro e um rolo, já imaginou que não daria certo. Ressalta que, depois, foi surpreendido com os Vereadores Paulo Grola e Léo Cabeça dizendo que foram a Vitória e que o Marreto tinha assumido o compromisso de mandar as máquinas para executar o serviço. Enfatiza que ficou feliz com essa notícia, porque aquela é uma demanda de seis ou sete quilômetros de estrada. Informa que amanhã vai acompanhar os dois vereadores, pois tem certeza de que essa obra será muito útil para os empresários e os moradores de lá. Parabeniza os colegas Paulo e Léo por esse trabalho. / **Paulo Grola:** — Diz ter certeza de que os empresários convidados começariam e terminariam a obra, pois precisam daquela estrada, mas, agora, há os planos A e B, visto que o



secretário de Vitória enviará o maquinário do DER e será feito também o meio-fio na estrada, a qual terá quatorze metros de largura. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Menciona que o aluguel de uma patrol não é barato, gira em torno de 1 mil e 500 reais por dia, o que, multiplicado por sessenta dias e duas dessas máquinas, dará cerca de 185 mil reais. Deixa claro que não está dizendo que os empresários não iriam fazer, e sim que seria mais difícil. / **Paulo Grola:** — Registra que os empresários têm muitos maquinários. Diz saber que o custo do aluguel de patrol é alto; por isso, foram ao governo reivindicar essa máquina, mas foi dito que mandariam todo o maquinário. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Afirma que, amanhã, às 7:00 horas, estará pronto para ir com os vereadores a Vitória. / **Paulo Grola:** — Agradece ao presidente. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que viu o vídeo de um cidadão cavando no cemitério do Aeroporto, porque não havia coveiro lá. Fala da incapacidade desta gestão pública. Avisa que não está faltando só tinta na Prefeitura, mas também placas e até pessoal para trabalhar como coveiro. Comenta que, na verdade, este governo está deixando muitos furos, pois faz as coisas de qualquer jeito, sem administração. Conta que, recentemente, o pessoal da Empresa Corpus foi limpar a pracinha da BR 482, no Bairro Monte Belo, quando alguém perguntou se o serviço seria feito também na parte de cima da comunidade, sendo respondido que naquele local não podiam subir, pois era de um vereador contra o governo. Avisa que, daqui a uns dias, carro não vai conseguir subir lá devido ao mato. Informa que, no sábado, fará um movimento no Bairro Monte Belo, com uma filmagem bacana para mostrar o que está acontecendo em Cachoeiro devido às retaliações aos Vereadores Ary Corrêa, Gelinho, Juninho e todos os que dizem a verdade. Menciona que, outro dia, enviaram um caminhão de massa para tapar os buracos das ruas do bairro do colega Gelinho, mas, na hora de fazer o serviço, o motorista recebeu um telefonema, dizendo que o referido vereador não era do grupo e, por isso, era para atender outro parlamentar. Analisa que, se não agissem assim, a fala dos vereadores seria diferente, pois eles mostrariam os defeitos, mas não iriam castigar. Frisa que esta é uma administração covarde, que massacra os vereadores que mostram a verdade. Ressalta que este governo é relapso, faz tudo errado, contrata empresa que deveria colocar sete centímetros de asfalto, mas coloca dois, empresa que deveria fornecer carne, mas não tem documento, empresa para fazer o cadastramento imobiliário, e ela faz através do Google. Acrescenta que a administração alegou que guardaria sacos de cimento na Loja Kemacol; depois, não era mais isso e, agora, são para fazer manilhas, ou seja, mudou o esquema. Menciona que fazem ruas com cimento, mas não fazem a drenagem; assim, daí a seis meses, será preciso cavar a cidade toda novamente. Destaca ainda que Cachoeiro tem o IPTU mais caro do Brasil. Conta que, ontem, quase não conseguiu passar no Bairro Gilson Carone devido aos muitos buracos. Pergunta se o pessoal desta administração não tem vergonha de ver tantos buracos nas ruas da cidade, os quais não tapa por picuinha com vereador. Salienta que, se fosse prefeito, faria obras na comunidade onde tivesse adversário para matá-lo de raiva. Comenta que o seu bairro está cheio de mato e de buracos, mas a comunidade já se conscientizou que não é o vereador que faz obras e serviços, e sim o prefeito. Enfatiza que não é obrigado a ficar pendurado nas “bolas” do prefeito para ele fazer as coisas em seu bairro, sendo o seu papel, como vereador, mostrar ao governo o que está certo e errado. Indaga se está vereador por causa do prefeito ou da população que lhe confiou o voto. Deixa claro que não vai ficar puxando o saco do prefeito. Avisa que vai denunciar toda vez que verificar alguma coisa ilegal, imoral e indecente na Prefeitura, pois o povo o elegeu para fiscalizar. Frisa que, se para conseguir obras para a sua comunidade tiver que ficar de joelhos para o prefeito, o Bairro Monte Belo não ganhará nada. Informa que a AGERSA não está cumprindo os horários de ônibus no Bairro Monte Belo, inclusive diz que, na semana que vem, vai falar sobre isso. Portanto, alerta que o diretor da AGERSA pode se preparar, pois tem até a próxima terça-feira para se adequar e acertar essa questão dos ônibus. Registra que a AGERSA está deixando a desejar em Cachoeiro,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





pois tal agência não resolve nada, sendo uma coisa inútil. Destaca que criaram um monte de cargos na Prefeitura, até de sub do sub, sendo uma aldeia com muitos caciques para poucos índios; assim, serão dez pessoas olhando e somente duas trabalhando. Pergunta por que não criaram cargo para cozeiro. Avalia que criaram só cargos altos para serem ocupados por formadores de opinião para conseguir votos para o Casagrande e alguns deputados. Frisa que não criaram cargo para quem trabalha e coloca a mão na massa, e sim para quem quer preguiçar. Inclusive diz acreditar que, com essas noventa e sete vagas, terá uma cadeira para cada três pessoas, enquanto o povo de Cachoeiro terá que se preparar para pagar essa conta e outras que virão, através de projetos interessantes, conforme vários discursaram hoje na tribuna da Câmara, com seu poder de convencimento. Deixa claro que respeita a opinião de cada vereador e quer que também respeitem a dele. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que, na sexta-feira, dia 25/03, às 14:00 horas, será realizada uma sessão solene na Câmara para comemorar cento e cinquenta e cinco anos de emancipação política de Cachoeiro. Acrescenta que também serão concedidos Títulos de Cidadania Cachoeirense; então, pede aos colegas vereadores que apresentem um homenageado cada um até quarta-feira da semana que vem. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pergunta ao presidente se no mês de junho também terá sessão de homenagem. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que haverá a sessão solene da festa do Município, quando serão concedidas mais homenagens, como a de Empresário do Ano. Diz que serão concedidos Títulos de Cidadania Cachoeirense no dia específico da cidade. Comunica que, na sexta-feira, a esposa do ex-vereador Higner Mansur contará a história do Município de Cachoeiro de Itapemirim. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Registra que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vai promover o Balcão de Empregos, no próximo sábado, dia 19/03, das 9:00 às 15:00 horas, na Escola Padre Gino, no Bairro Gilson Carone. Inclusive ressalta que mais de dezenove ruas daquela comunidade estão sendo pavimentadas. Conta que ele e o Vereador Sandro Irmão estão nas tratativas com a secretaria para a realização desse importante evento que é o Balcão de Empregos, numa parceria da pasta com o SINE, sendo essa uma oportunidade para fazer o cadastramento de trabalhadores com vistas a encaminhá-los ao mercado de trabalho. Informa que, nesse evento, também haverá a emissão de Carteira de Trabalho Digital e o serviço de cadastramento ao Seguro Desemprego, já que o sistema é on-line. Acrescenta ainda que haverá aferição de pressão arterial e medição de glicose, além de o Instituto Embelleze oferecer corte de cabelo feminino, masculino e infantil. Destaca também a parceria com o Projeto Criança Feliz, Brinquedo Sim, com pula-pula, pipoca, algodão doce e suco para as crianças. Menciona que ficou muito satisfeito com a belíssima explicação dada pela secretária de Educação e pelo Cláudio sobre a falta de carne nas escolas, o que foi feito de forma técnica e clara; portanto, só não acolhe quem não quer. Comenta ainda que ficou satisfeito com a fala dos secretários sobre os noventa e sete cargos criados na Prefeitura, visto que também pôde ler o projeto, o qual foi protocolado na Câmara na quinta-feira e votado na terça-feira seguinte. Então, frisa que teve tempo para ler o projeto e, assim, não foi surpreendido com nenhuma novidade hoje. Deixa claro que, enquanto legislador, não pode amarrar as pernas e os braços do Poder Executivo simplesmente por não ser do seu partido. Diz esperar que todo esse fortalecimento da administração gere de fato políticas públicas de qualidade para o povo, que paga impostos. Saliencia que há muitos profissionais de YouTube ganhando dinheiro, mas o povo precisa de resultados, que é emprego, renda, assistência e ruas calçadas. Informa que o seu mandato tem três pilares: criar e aprovar projetos, fiscalizar e representar as comunidades e, para isso, precisa dialogar saudavelmente com o Poder Executivo e ter equilíbrio para aprovar leis constitucionais. / Prosseguindo, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Delandi Pereira Macedo (Tempo cedido pelo Líder do PV):** — Convida a todos para uma audiência pública, na próxima sexta-feira, a partir das 14:00 horas, na Câmara Municipal, para falar sobre a problemática da Santa Casa.



Inclusive menciona que sua assessoria e a da Mesa Diretora já convidaram os deputados federais e estaduais, a diretoria da Santa Casa, representantes do conselho, do Governo do Estado e da Secretaria de Saúde e também o superintendente Regional de Saúde. Então, fala da importância de os colegas vereadores também participarem. / **Alexandre Valdo Maitan (DEM):** — Diz que tem percebido que alguns colegas se ausentam do plenário, às vezes, para tomar café ou ir ao banheiro, e acabam perdendo o momento de fala na tribuna. Então, informa que o parágrafo 4º do artigo 69 do Regimento Interno diz o seguinte: “Perderá a inscrição o orador que, chamado para usar da palavra, não o fizer nem ceder o seu tempo para outro.” Comenta que hoje vários secretários da Prefeitura usaram a tribuna para explicar um projeto que já foi votado e não usaram o tempo de nenhum vereador. Diante disso, pede que sejam observados alguns critérios para que as coisas fiquem legais na Casa, até por respeito aos colegas que permanecem no plenário. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, às vezes, quer ser gentil com os colegas, mas de fato o Regimento Interno não permite que esse retorno de fala seja feito. Parabeniza o Vereador Maitan pelo legislador que é. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (PL):** — Diz que, agora há pouco, foi surpreendido com a notícia de que não havia coveiro no cemitério do Bairro Aeroporto. Confessa que, num primeiro momento, sentiu raiva, mas, depois, pensou que o funcionário poderia ter passado mal. Ressalta que pode nem ser culpa da Prefeitura, mas, talvez, seja negligência dela, já que, na ânsia de criar noventa e sete cargos para os apoiadores políticos e cabos eleitorais, ela se esqueceu do básico, que é a função de coveiro. Inclusive passa um vídeo, mostrando o filho fazendo a cova no cemitério para enterrar a própria mãe, a Dona Maria da Penha, que morreu devido a um câncer, cujo enterro estava marcado para às 9:00 horas. Entretanto, como não havia coveiro no cemitério do Bairro Aeroporto, as pessoas ficaram esperando até o meio-dia. Diz que, segundo informações, outros corpos chegaram lá, mas não havia coveiro para fazer os enterros. Pergunta se até num momento de tristeza para a família o filho precisa cavar a sepultura para enterrar a própria mãe. Avisa que existe o áudio de uma das pessoas que foram ao enterro, a qual não é deste Município, dizendo que o pessoal critica a cidade dela, mas que em Cachoeiro não há nem coveiro. Menciona que ontem também recebeu a reclamação de que o médico do posto de saúde do Bairro Aeroporto se desligou do trabalho esta semana. Indaga ao Executivo Municipal por que não havia coveiro no cemitério. Questiona se isso foi por negligência. Frisa que a Prefeitura tem muitos funcionários para servirem bem ao povo; portanto, não pode haver cargos fantasmas criados para os apoiadores. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Registra que a informação que recebeu foi que o rapaz que está ao lado direito no vídeo é o coveiro. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Menciona que, por isso, precisa de uma resposta do Executivo, já que a informação que recebeu, agora há pouco, na hora do café, foi que não havia coveiro lá. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que buscou a informação e a resposta que recebeu foi que aquele rapaz é o coveiro. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comenta que não sabe se aquela pessoa é o coveiro ou não. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Repete que a informação que lhe deram é que se trata do coveiro sim. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Enfatiza que, se não há coveiro, é preciso falar mesmo. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Salienta que o coveiro estava no cemitério e vai falar sobre o ocorrido, já que, às vezes, a família quer ajudar no enterro de um ente querido. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Deixa claro que está na tribuna para pedir explicações ao Poder Executivo, porque a informação que recebeu foi que não havia coveiro lá. Enfatiza que não terá problema de dizer, na semana que vem, que havia coveiro naquele cemitério; porém, precisa de informações para saber se isso é verídico ou não. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Lembra que o vereador já questionou sobre a falta de médico. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Frisa que não questionou sobre a falta de médico, só disse que recebeu a informação de que ele tinha se desligado

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



daquele posto. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Comenta que o vereador trouxe o assunto para a tribuna como forma de desacatar o governo, de mostrar a falta de consideração do Poder Executivo para com a sociedade. Analisa que, às vezes, o descaso também vem da oposição. Salienta que a oposição até enobrece a situação, visto que é preciso ser coerente nas falas para não causar injustiça. Conta que, em sua comunidade, às vezes, ele mesmo é quem vai atrás de coveiro para enterrar alguém. Inclusive menciona que, na última vez que fez isso, o coveiro estava na praia, no carnaval, sendo que algumas pessoas se juntaram para fazer o serviço. Diz que é preciso entender que o coveiro também tem vida própria. Comenta que, talvez, o coveiro não tenha avisado a gerência que se ausentaria e que seria preciso solicitar outra pessoa para ficar no lugar dele. Destaca que, como o próprio vereador disse, a família não é do Município e, por isso, pode não ter conhecimento para ligar para uma gerência e solicitar a substituição do profissional. Diz que o Vereador Juninho é muito inteligente, e isso valoriza os debates; porém, nesse caso, considera uma injustiça. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Enfatiza que está só pedindo uma explicação, diante da informação que recebeu. Deixa claro que disse que recebeu a informação de que não havia coveiro no cemitério e que o filho da Dona Maria da Penha é quem abriu a cova. Repete que também não terá nenhum problema de usar a tribuna para dizer que essa era uma denúncia fraudulenta, pois havia coveiro lá sim. Conta que recebeu essa informação agora, pois parece que esse caso aconteceu hoje, e usou sua prerrogativa de vereador para pedir explicação. Então, se o Poder Executivo mandou a resposta por meio do vereador, agradece-lhe por isso, mas frisa que não tinha recebido essa informação antes. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que também recebeu a informação de que não havia coveiro no cemitério e que a família tinha tomado a liberdade de abrir a cova. Ressalta que não seria leviano de dizer da tribuna que não tinha coveiro, apenas comentou que recebeu a informação de que, no cemitério do Bairro Aeroporto, a família de uma falecida estava abrindo a cova por falta de coveiro. Confirma que receberam essa informação agora há pouco, na hora do café. / **Aparteando Paulo Grola:** — Menciona que, em Soturno, já ocorreu morte em dia de domingo ou quando o coveiro estava de férias; então, conta que ele, Paulo Grola, ligou a secretária, que lhe pediu um tempo de quarenta minutos para um coveiro chegar lá e fazer o sepultamento. Diz que não pode reclamar, porque, até hoje, a secretaria não deixou a desejar em sua comunidade. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Concorda com o Vereador Júnior de que a pergunta é válida, já que recebeu um questionamento, mas informa que, na semana passada, esteve no cemitério do Bairro Aeroporto por duas vezes, acompanhando dois enterros, e viu que havia três coveiros trabalhando lá. Reflete que, nesse caso, pode ter sido por falta de comunicação. Salienta que, naquela ocasião, notou que o cemitério estava sujo, com bastante mato, necessitando de uma capina, mas havia coveiros lá sim. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz que só há um coveiro que atende as comunidades de Soturno e Gironda. Inclusive destaca que os ex-vereadores Lucas e Waltinho sempre davam muita assistência quando morria alguém lá. Registra que, agora, a família do falecido logo avisa para que dê tempo de o coveiro fazer a cova. Analisa que, às vezes, faltou por parte da família essa comunicação de ligar para a Prefeitura, para um vereador ou outra pessoa para não chegar no cemitério de última hora e ter que cavar, até porque é difícil uma pessoa sozinha cavar um buraco daqueles. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Agradece aos colegas pelos apartes. / **Allan Albert Lourenço Ferreira (Podemos):** — Informa que, amanhã, às 8:00 horas, o presidente estadual do partido, o Gilson Daniel, estará em Cachoeiro para uma reunião e trará boas notícias. Registra também que as reivindicações dos Vereadores Léo Cabeça e Paulo Grola foram atendidas. Assim, espera que, em breve, haja um CRAS em Soturno, cujo investimento será de 750 mil reais do Governo do Estado, valor esse já empenhado. Destaca também que ele e os Vereadores Léo Cabeça e Paulo Grola conseguiram junto ao Mareto, do DER, que a pavimentação com revsol



seja feita na famosa estrada do Josélio, do Barbará a Gironda, inclusive já estão chegando o material e as máquinas do Governo do Estado. Então, agradece pela parceria, pois quem ganha com isso é a comunidade. / **Osmar Francisco (Republicanos):** — Registra que, graças a Deus, conquistou mais uma vitória com relação ao ônibus de São Vicente. Lembra que o ônibus passava lá às 7:00 horas e só retornava às 16:00 horas. Frisa que o ônibus atendia àquela comunidade duas vezes por semana e, agora, conseguiu que voltasse a atender de segunda-feira a sábado. Informa também que São Joaquim não contava com ônibus aos domingos e feriados, e o serviço voltou a ser prestado novamente nesses dias, sendo essa mais uma vitória sua. Menciona que, no sábado, esteve em Mangueira e viu que aquela estrada estava horrível, mas conseguiu, graças a Deus, que fosse dada ordem de serviço para fazer “uma geral” lá. Acrescenta ainda que foi a Jabuticabeiras, viu que a estrada também estava horrível e já recebeu a informação de que esse serviço será feito lá, além da iluminação. Enfatiza que vereador é eleito para tentar fazer alguma coisa pelo povo. Pede aos colegas que apoiem o seu projeto criando a semana dos cuidadores de idosos, o qual gostaria que fosse votado na semana que vem. Frisa que os dezenove vereadores deveriam se unir para o povo sair ganhando. Então, pede que evitem perder tempo gastando energia e comunicação, e sim falem o que o povo quer ouvir, que é a solução dos problemas, além de trabalho, saúde e educação. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que inclua o Projeto de Lei 03/2022 na pauta de votação. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido, mas lembra que esse projeto já está na pauta, pois tem os pareceres da Procuradoria e da Comissão de Justiça e Redação. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia**, sendo realizada a **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: de autoria do Vereador Osmar Francisco: 04/2022 (Institui a Semana Municipal do Cuidador de Idosos no Município de Cachoeiro de Itapemirim) e 07/2022 (Dispõe sobre a denominação de logradouro, e dá outras providências); de iniciativa do Poder Executivo: 69/2021 (Autoriza o Poder Executivo Municipal a abertura de crédito especial para inclusão de despesa não prevista na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e dá outras providências), 06/2022 (Dispõe sobre a reserva de vagas, em prol de negros/pretos, pardos e indígenas, nos concursos públicos e processos seletivos no âmbito da administração pública do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, e dá outras providências), 10/2022 (Altera dispositivos da Lei N° 7509, de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre a reestruturação e reorganização do Conselho Municipal de Juventude do Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências) e 11/2022 (Altera dispositivos da Lei N° 7645, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR – do Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa ao Vereador Gelinho que o Projeto de Lei 06/2022 substitui o apresentado pelo colega, já tendo sido acertadas algumas coisas. Assim, diz que, se os vereadores concordarem, ele poderá ser apreciado na semana que vem. Inclusive pede ao colega que convide o pessoal dos movimentos raciais para acompanhar essa votação. / **Adriano Pereira Verediano:** — Agradece ao presidente pela colaboração. / A seguir, foi acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 24/2022 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer do Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, as seguintes informações acerca do serviço de hora máquina garantido pela Lei N° 6.280/2009, prestado pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim: 1 – Qual a lista de produtores rurais atendidos no ano de 2021 pelo serviço de hora máquina prestado pela Secretaria Municipal de Agricultura? 2 – Qual a lista de produtores rurais que foram atendidos no período de 01 de janeiro de 2022 a 08 de março de 2022, bem como os que ainda aguardam atendimento a partir de 09 de março de 2022 a 31 de





dezembro de 2022, pelo serviço de hora máquina prestado pela citada secretaria? É imprescindível que as informações adrede solicitadas sejam discriminadas com os seguintes dados: nome do produtor, localidade e quantidade de horas contratadas das máquinas: retroescavadeira, escavadeira, carregadeira e caminhão. Cumpre lembrar que, a teor do que estabelece o parágrafo primeiro do artigo 153 do Regimento Interno da Câmara Municipal, o prazo máximo para resposta ao pedido de informação é de 30 dias); **25/2022 – Diogo Pereira Lube** (Requer da Exma. Senhora Cristina Lens Bastos de Vargas, Secretária Municipal de Educação, informações referentes ao planejamento que a Prefeitura Municipal está elaborando para a estipulação do piso salarial do magistério, tendo em vista que a Portaria Interministerial Nº 08 dos Ministérios da Educação e da Economia, de 24 de setembro de 2021, determina que o reajuste salarial para o magistério em 2022 deverá ser de 31,3%. Sendo assim, solicita que todas as informações acerca do assunto lhe sejam enviadas, incluídas as planilhas do FUNDEB contendo os gastos e direcionamentos dos seus recursos, estudos técnicos para aplicação do reajuste salarial do magistério, projeto de lei para aplicação do novo piso salarial, cronogramas para aplicação do reajuste e demais informações que colaborem para esclarecimentos acerca do tema. Para isso, fica disponibilizado o endereço de e-mail [vereadordiogolube@gmail.com](mailto:vereadordiogolube@gmail.com)); **26/2022 – Diogo Pereira Lube** (Requer da Exma. Senhora Lorena Vasques Silveira, Secretária Municipal de Administração, informações referentes ao planejamento que a Prefeitura Municipal está elaborando para a estipulação do piso salarial do magistério, tendo em vista que a Portaria Interministerial Nº 08 dos Ministérios da Educação e da Economia, de 24 de setembro de 2021, determina que o reajuste salarial para o magistério em 2022 deverá ser de 31,3%. Sendo assim, solicita que todas as informações acerca do assunto lhe sejam enviadas, incluídas as planilhas do FUNDEB contendo os gastos e direcionamentos dos seus recursos, estudos técnicos para aplicação do reajuste salarial do magistério, projeto de lei para aplicação do novo piso salarial, cronogramas para aplicação do reajuste e demais informações que colaborem para esclarecimentos do tema. Para isso, fica disponibilizado o endereço de e-mail [vereadordiogolube@gmail.com](mailto:vereadordiogolube@gmail.com)); **23/2022 – Osmar Francisco** (Requer do Prefeito Victor da Silva Coelho as seguintes informações: Quais são os membros do COMUSA – Conselho Municipal de Saneamento Básico? Qual foi a última reunião ordinária do referido conselho? Qual foi a última portaria que estabeleceu medidas e atualização de taxas e tarifas de água e esgoto? Favor enviar cópias das justificativas que embasem respectivos aumentos da taxa de esgoto. Qual é a possibilidade de desvincular os valores do atrelamento da taxa de esgoto do consumo de água, passando a ser um valor fixo?); **27/2022 – Paulo Grola** (Requer que o Exmo. Senhor Fabiano Costa Pimentel, Coordenador Executivo de Defesa do Consumidor, lhe informe sobre a regularidade e como ocorre a fiscalização das bombas de combustíveis nos postos de gasolina do Município, especialmente no que tange à verificação de funcionamento dos equipamentos, conforme os parâmetros legais); **Enviando Votos de Congratulação:** 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 e 176/2022 – Osmar Francisco; **Projetos de Decreto Legislativo:** 03/2022 – Adriano Pereira Verediano, 07/2022 – Delandi Pereira Macedo, 06/2022 – Paulo Grola, 04/2022 – Paulo Sérgio de Almeida. / Na sequência, atendendo ao pedido do Vereador Alexandre Valdo Maitan, o secretário procedeu a **leitura do artigo 1º do Projeto de Lei 03/2022 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo Municipal a abertura de crédito especial para inclusão de despesa não prevista na Secretaria Municipal de Fazenda e na Controladoria Geral do Município, e dá outras providências). / Logo após, **o Projeto de Lei 03/2022**, acima descrito, **foi aprovado** por quinze votos contra dois do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo



Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira;  **votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan e Sebastião Ary Corrêa. / Prosseguindo, foi colocado  **em discussão o Veto 05/2021** ao Projeto de Lei 59/2021, de autoria do Vereador José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Dispõe sobre publicidade antecipada, a fim de trazer mais transparência e facilitar a fiscalização dos serviços públicos pela Câmara Municipal, órgãos de controle e pela população em geral, e dá outras providências). /  **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Lembra que esse projeto foi aprovado por unanimidade, pois ele traz para a Câmara uma garantia de transparência e poder de fiscalização. Deixa claro que esse não é um projeto com segundas intenções, apenas visa ajudar no trabalho de fiscalização do legislador. Então, já agradece aos colegas que votarem contra o veto do prefeito. Frisa que esse projeto tem mais a ver com o trabalho dos vereadores do que com o do Poder Executivo. Informa que o projeto não foi vetado por ser inconstitucional, e sim porque o Executivo acha que já faz isso; porém, ressalta que é preciso melhorar cada vez mais o processo de transparência e de fiscalização. /  **Diogo Pereira Lube:** — Faz a leitura do parecer dado pela Procuradoria da Câmara a esse projeto, o qual diz o seguinte: “...Assim, é nosso parecer que o presente projeto de lei não possui vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade; porém, nos parece sem utilidade, haja vista a já existência de divulgação dos referentes dados, e, portanto, em obediência ao que dispõe o Regimento Interno da Casa, opinamos pelo envio da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise e devidas considerações.” Ressalta que o parecer jurídico da Prefeitura é muito semelhante ao da Câmara, que foi dado, na época, pela Dra. Karla Fiório. Então, registra que de fato o projeto do Vereador Júnior não tem vício de inconstitucionalidade, mas realmente já existem o Portal da Transparência e outras formas que os vereadores podem utilizar para fiscalização; por isso, informa que seguirá os pareceres jurídicos. / Posto em votação,  **o Veto 05/2021**, acima descrito,  **foi rejeitado** por seis votos contra onze do plenário.  **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Diogo Pereira Lube, Evandro Miranda, Marcelo Fávero de Oliveira e Osmar Francisco;  **votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. /  **Segue justificativa de voto:** /  **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Confessa que achou que esse projeto já estava perdido. Então, fala de sua felicidade por essa votação, inclusive agradece aos vereadores por terem entendido a necessidade de tal matéria. Conta que só tem três projetos aprovados na Câmara, sendo um com o Vereador Maitan; portanto, por mérito do colega. Agradece novamente aos edis pela aprovação dos mesmos. / Em seguida, foi colocado  **em discussão o Veto 06/2021** ao Projeto de Lei 60/2021, de iniciativa do Vereador Sebastião Ary Corrêa (Trata-se de criar um mecanismo de transparência e fiscalização do dinheiro público que é destinado para publicidade do Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES). /  **Sebastião Ary Corrêa:** — Informa que esse projeto visa fiscalizar a publicidade indevida. Ressalta que o Município gasta muito dinheiro com publicidade desnecessária, sendo preciso fiscalizar isso. Comenta que, se a publicidade for correta, legal, não é preciso ter medo de fiscalização. Destaca que o prefeito vetou um projeto que dispõe sobre fiscalização; por isso, questiona se o chefe do Executivo tem medo de ser fiscalizado. Diz saber que o pessoal da base não tem medo de fiscalização; portanto, acredita que todos os vereadores vão votar a favor de seu projeto, o qual só vai provar que realmente o Município não tem nada a temer quanto à transparência. Lembra que os vereadores votaram a favor do projeto do colega Juninho; então, pede que também lhe deem essa colher de chá e votem a favor da transparência do dinheiro público. /  **Diogo Pereira Lube:** — Também faz a leitura do parecer da Procuradoria da Câmara a esse projeto, o qual diz o seguinte: “...Tecidas as considerações, resta claro que o PL, de iniciativa



parlamentar, não encontra amparo constitucional por representar, como explicitado, grave afronta ao princípio constitucional da separação dos Poderes, inserto no artigo 2º da Lei Maior. Assim, é nosso parecer que o presente projeto de lei possui vícios insanáveis de ilegalidade e, portanto, em obediência ao que dispõe o artigo 115 do Regimento Interno desta Casa, opinamos pelo envio da matéria à Comissão de Justiça...” Então, ressalta que, diferente do projeto do Vereador Júnior, apesar de ele ser redundante, esse, segundo a Procuradora Dra. Karla Denise Hora Fiório, fere os princípios da divisão dos Poderes, pois não deveria partir do Legislativo, e sim do Executivo. / Posto em votação, o **Veto 06/2021**, acima descrito, **foi mantido** por nove votos contra oito do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola e Paulo Sérgio de Almeida; **votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / Em seguida, foi colocado **em discussão o Veto 09/2022** ao Projeto de Lei 133/2021, de autoria do Vereador Adriano Pereira Verediano (Dispõe sobre a reserva de vagas, em prol de negros/pretos, pardos e indígenas, nos concursos públicos e processos seletivos no âmbito da administração pública do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, e dá outras providências). / **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que esse veto foi dado pelo fato de no projeto não estar determinando o tempo de vigência, que seria de dez anos. Então, informa que o Poder Executivo apresentou um projeto com esse mesmo teor para ser avaliado pelos vereadores na próxima terça-feira. Registra que disse à secretária que o procurou que não tem a vaidade de ser pai de projeto, cuja matéria inclusive já é lei nas esferas federal e estadual. Deixa claro que não tem ciúme de que o projeto que apresentou seja hoje matéria do Poder Executivo, pois apenas quer que ele seja colocado em prática em Cachoeiro. Lembra que a Comissão de Constituição e Justiça reprovou esse projeto. Enfatiza que está na Câmara para fazer uma política justa e que esse veto não vai atrapalhar o seu relacionamento com nenhum vereador, pois respeita a opinião dos colegas, assim como quer que respeitem a dele. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz ao Vereador Gelinho que, no ano passado, esse projeto não foi rejeitado na CCJR, aliás, ele nem passou pela comissão. / **Adriano Pereira Verediano:** — Informa que, agora, o projeto retornou à Casa, mas de autoria do governo, o qual fez a alteração para dez anos. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Avisa que o projeto do governo foi aprovado na CCJR. / **Adriano Pereira Verediano:** — Então, pede desculpas aos colegas, porque recebeu a informação de que ele tinha sido reprovado. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Pergunta ao colega Gelinho se o encaminhamento dele é para manter ou derrubar o veto. / **Adriano Pereira Verediano:** — Frisa que quer que o projeto seja votado para que a negritude possa usufruir do seu direito constante da lei federal. Então, responde que os vereadores devem manter o veto. / **Diogo Pereira Lube:** — Menciona que, independentemente desse detalhe técnico no projeto, o protagonismo de quem pensou nas minorias vai continuar sendo do Vereador Gelinho. Saliencia que não é questão de colher os louros, e sim da ideia da propositura. Diz que a Prefeitura enviou um projeto novo, consertando esse detalhe, porque entendeu a necessidade da matéria. Lembra que o Vereador Maitan fez um projeto muito importante que falava sobre a violência contra a mulher; porém, de acordo com a Prefeitura, havia vício de iniciativa, razão pela qual ele foi vetado pelo Executivo. Entretanto, frisa que em nenhum momento a Prefeitura enviou à Câmara um projeto similar, fazendo os acertos necessários, já que se tratava de um assunto tão importante. Então, ressalta que, a seu ver, isso teria sido mais algo político contra o colega Maitan do que de fato técnico. Comenta que, quando da construção dos projetos, é preciso ter cuidado com as partes técnicas, pois isso pode abrir um precedente conceitual. Inclusive destaca que há muito tempo não se fala em raças, usa-se o termo etnias, sendo,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



então, um conceito antropológico que precisa ser corrigido nas leis federal, estadual e municipal para que não haja o risco de, lá na frente, isso atrapalhar o entendimento de um projeto importante para a sociedade. Registra que o projeto não está falando de raça, e sim de etnia, de minoria, que historicamente foi desfavorecida e ainda é por uma série de fatores. Informa que vai acompanhar o Vereador Gelinho, pois, apesar de não ser preto nem ter sentido na pele o que um homem negro sente, também comunga com os grupos defendidos pelo colega, inclusive deixa claro que vai lhe dar o crédito desse projeto. / Posto em votação, o **Veto 09/2022 foi mantido** por dezesseis votos contra um do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira; **votou contra:** Sebastião Ary Corrêa. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas.